

CÂMARA AUTORIZA PBH A TOMAR EMPRÉSTIMOS DE R\$ 2,5 BILHÕES

Recursos serão usados em uma série de ações na capital, como obras de drenagem, contenção de áreas de risco, saneamento, construção de moradias e mobilidade

BRUNO NOGUEIRA E VINÍCIUS PRATES

A Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) aprovou, em primeiro turno, ontem, três projetos de lei que autorizam empréstimos que chegam a R\$ 2,5 bilhões para a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). As propostas, de autoria do prefeito Fuad Norman (PSD), foram votadas em reunião extraordinária e seguem agora para apreciação em segundo turno.

O primeiro PL apreciado foi o 901/2024, aprovado com 33 favoráveis e três contrários, que prevê um empréstimo até o limite de R\$ 1,09 bilhão com a Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras, seja ela nacional ou internacional, com ou sem garantia da União. O projeto descreve que os recursos do empréstimo serão aplicados em ações definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) com uma subdivisão de direcionamento do crédito para cinco eixos: moradia, mobilidade, saneamento, Pampulha e áreas de risco.

De acordo com o líder de governo, vereador Bruno Miranda (PDI), os recursos serão usados para projetos de habitação, urbanização, regularização em ambiente urbano, mobilidade urbana e sustentabilidade urbana. "A gente sabe da importância que tem esses recursos advindos de financiamentos para grandes investimentos na cidade, sobretudo nas áreas mais periféricas", disse.

Em relação a moradias, o prefeito justificou no projeto que o objetivo é a construção ou aquisição de mais de 1.300 unidades habitacionais para abrigar pessoas removidas em função da realização de obras públicas e que moravam em áreas de inundação (640 unidades). O projeto deve custar mais de R\$ 650 milhões.

No que se refere a mobilidade, a prefeitura vai usar recursos nas obras que estão sendo feitas na Avenida Cristiano Machado, principalmente nas interseções com as Avenidas Waldomiro Lobo e Sebastião de Brito, além de novas obras no entroncamento com a Avenida Vilarinho. No Saneamento, as intervenções devem ocorrer no tratamento de fundo de vale no córrego do Toucinheiro e Joões. A prefeitura estima um valor para os dois eixos na casa de R\$ 266 milhões.

No Complexo da Pampulha, os recursos devem ser usados nas ações de desassoreamento da área e na retomada da condição de



GADYSTON RODRIGUES/EM/DA PRESS

DO VALOR TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS AUTORIZADOS, R\$ 90 MILHÕES SERÃO DESTINADOS AO DESASSOREAMENTO DE UMA ÁREA DA LAGOA DA PAMPULHA PRÓXIMA AO ZOOLOGICO

espelho d'água na enseada do Zoológico. Para o projeto, a prefeitura pretende captar recursos na ordem de R\$ 90 milhões.

Nas áreas de risco, a administração da capital pretende ampliar o Programa Estrutural em Área de Risco (PEAR), que atua em vilas e favelas. A prioridade é a estabilização de encosta e urbanização na Rua Padre Argemiro Moreira, que passa por 13 bairros da região Nordeste - a maior rua da cidade. A Prefeitura estima investimentos de R\$ 90 milhões em áreas de risco.

BID E PAC

O PL 935/2024 foi segundo aprovado, com o aval de 35 vereadores e apenas três contrários. O projeto permite a contratação de crédito externo de até US\$ 204 milhões (cerca de R\$ 1,2 bilhão) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou outras instituições, com garantia da União. Os recursos serão aplicados na segunda etapa do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (Drenurbs).

Segundo o prefeito, os recursos devem ser usados na recuperação e conservação de cursos d'água, com intervenções estruturais de saneamento em bacias hidrográficas vulneráveis, além do aprimoramento do sistema de monitoramento e alerta de inundações.

Já o terceiro e último PL aprovado foi o 991/2024. Com o voto favorável de 36 vereadores e, novamente, apenas três contrários, autoriza um empréstimo de até R\$ 293,3 milhões, também com a Caixa ou outra instituição, mas com garantia da União.

Ainda segundo Bruno Miranda, o projeto possibilita o financiamento das ações do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), focando na região do parque linear do Ribeirão do Onça. "Vai ser fundamental para mitigar o risco de inundação que a comunidade sofre. É uma obra grande e importante que precisa do financiamento do governo federal", explicou o vereador.

A intervenção abrange quatro sub-bacias, focada na melhoria dos índices de saneamento e na redução dos riscos à saúde da região. O projeto inclui a remoção de famílias em áreas de risco, obras de macrodrenagem, e a valorização econômica e ambiental da região.

Para serem aprovadas, as propostas precisavam do voto favorável de pelo menos 28 dos 41 vereadores. Apenas a bancada do Novo, que nos últimos anos tem se posicionado contra a tomada de grandes empréstimos pelo poder público, votou contra as propostas.

No plenário, o presidente da CMBH, Gabriel Azevedo (MDB), garantiu que todos os projetos aprovados em primeiro turno passarão por um procedimento de aceleração para que o segundo turno seja realizado já na próxima semana. ■

CONFIRA O QUE FOI APROVADO

PL 901/2024

Empréstimo na Caixa Econômica Federal ou outra instituição financeira, nacional ou internacional, com ou sem garantia da União

Valor: R\$ 1,09 BILHÃO

Recursos para aplicação em intervenções do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) nas áreas de habitação, regulação e ambiente urbano; mobilidade urbana; sustentabilidade ambiental

PL 935/2024

Empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou outras instituições, com garantia da União.

Valor: US\$ 204 MILHÕES (R\$ 1,2 BILHÃO)

Os recursos serão aplicados na segunda etapa do Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (Drenurbs). O foco da prefeitura é a recuperação e conservação de cursos d'água, propondo intervenções estruturais de saneamento em bacias hidrográficas, além do aprimoramento do sistema de monitoramento e alertas.

PL 991/2024

Empréstimo na Caixa Econômica Federal ou outra instituição, nacional ou internacional, com garantia da União.

Valor: R\$ 293,3 MILHÕES

Financiamento de obras do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no eixo de Cidades Sustentáveis e Resilientes para prevenção de desastres e mobilidade urbana. Intervenções na região do Ribeirão do Onça e do Parque Linear do Onça, além de obras para o transporte coletivo viário

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Página: 3